

CURSO SOBRE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Comum e Especial de Contratação Pública



DE 30 DE SETEMBRO A 4 DE OUTUBRO DE 2024

9H00 - 13H00

ONLINE (ZOOM)

Carlos José Batalhão

PROGRAMA

I. Enquadramento

1. O Procedimento Administrativo e a procedimentalização da atividade administrativa
2. Código do Procedimento Administrativo (CPA) e o Código dos Contratos Públicos
3. A importância do procedimento e respetiva “fotografia” no processo administrativo
4. As diferenças do procedimento comum (CPA) e dos procedimentos de contratação pública (CCP)

II. As alterações de 2023 ao CPA

5. A busca pela decisão legal, justa e em prazo razoável
6. A permanente preocupação com o “prazo razoável”
7. Encurtamento de prazos (em 2020)
8. Encurtamento do procedimento (em 2023)
9. As fases do procedimento administrativo comum
10. A instrução do procedimento administrativo comum
11. A decisão final como momento de extinção do procedimento
12. O ato e a sua notificação: elementos e efeitos distintos da sua omissão

III. Alguns Direitos e formalidades do CPA na ótica do CCP

13. A iniciativa de ambos os procedimentos e sua diferença substancial: impacto no procedimento pré-contratual e a importância de uma elaboração completa e correta dos Cadernos de Encargos
14. Os princípios gerais da atividade administrativa e o artigo 1.º-A do CPA, em particular:
 - a) O princípio da legalidade;
 - b) O princípio da proporcionalidade.
15. O Direito à Informação (CPA) e sua aplicação antes e durante o procedimento pré-contratual – as consultas preliminares ao mercado em particular
16. O responsável pela direção do procedimento (CPA) na contratação pública:
 - a) Na fase procedimental (o júri);
 - b) Na fase da execução do contrato (o gestor do contrato).
17. O dever de fundamentação (do CPA) e sua importância transversal na contratação pública, em especial:
 - a) Decisão do valor estimado do contrato;
 - b) Decisão de autorização da despesa;
 - c) Decisão de contratar;
 - d) Decisão de escolha do procedimento;
 - e) Decisão do preço base;
 - f) Decisão do preço anormalmente baixo;
 - g) Decisão do (não) fracionamento do contrato.
18. A audiência prévia do CPA e do CCP
19. O dever de decisão (artigo 13.º do CPA) e o dever de adjudicação (artigo 76.º do CCP): pontos de proximidade e de divergência
20. As notificações no CCP
21. As garantias administrativas no CCP

INSCRIÇÕES

Preço: 120€

**Inscrições limitadas, por ordem de chegada,
até ao dia 20 de setembro**

através do email: aedrel@aedrel.org